

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO N.º 2020/030/DGEEC/CP

Aquisição de Software de análise de textos

CPV n.º 48900000-7 - Pacote de software e sistemas informáticos diversos

MARÇO DE 2020

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

OBJETO E CONTRATO

CLÁUSULA 1.^a

OBJETO

O contrato a celebrar tem por objeto a aquisição de software de análise de textos.

CLÁUSULA 2.^a

ELEMENTOS DO CONTRATO

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações de erros ou omissões que o Júri do Concurso ou a entidade adjudicante venham a prestar ou a efetuar ao abrigo do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c. O Caderno de Encargos;
 - d. A Proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos que o Adjudicatário venha a prestar ao abrigo do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.
 - f. O clausulado contratual e seus anexos;
2. Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos

e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 3.ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E RESPONSABILIDADES DO ADJUDICATÁRIO

1. Constitui obrigação do Adjudicatário prestar à Entidade Adjudicante o Licenciamento perpétuo do software de análise de textos “SAS Visual Text Analytics” para 8 cores, nos termos constantes do presente Caderno de Encargos e da proposta adjudicada
2. Para além das previstas no número anterior, constituem, também, obrigações do Adjudicatário
 - a. Prestar serviços de consultoria funcional, nomeadamente instalação, configuração e suporte evolutivo.
 - b. Prestar serviço de suporte corrente e assistência pós-venda
 - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à Entidade Adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
 - d. Não alterar as especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;
 - e. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - f. Comunicar à Entidade Adjudicante o seu gestor nomeado responsável pelo contrato, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação.
 - g. Disponibilizar à Entidade Adjudicante a informação relevante para a gestão do contrato;
 - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - i. Manter o sigilo e garantir a confidencialidade.

3. São da responsabilidade do Adjudicatário os encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.
4. Em caso de infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e aos serviços objeto do contrato, cabe ao Adjudicatário a responsabilidade
5. O Adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a Entidade Adjudicante, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando esta última o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do Adjudicatário na discussão e esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
6. O Adjudicatário responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados à Entidade Adjudicante e que se produzam perante terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos a que alude os números anteriores, devendo indemnizar a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
7. Toda a documentação produzida no âmbito da execução do Contrato será cedida à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência em formato digital.

CLÁUSULA 4.^a

LOCAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será desenvolvida em local a designar pela Entidade Adjudicante

CLÁUSULA 5.^a

PROCEDIMENTO A ADOTAR EM CASO DE RECLAMAÇÃO DE TERCEIROS CONTRA A ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante comunica ao Adjudicatário, logo que possível, qualquer pretensão de terceiros de que tenha conhecimento e que diga respeito à execução do contrato.
2. A entidade adjudicante deve conceder ao Adjudicatário a faculdade de assumir as conversações ou negociações que tenham lugar com o terceiro em causa, incluindo a correspondência ou acordos relacionados com a resolução do

diferendo, e de participar em quaisquer processos, em conformidade com o regime processual aplicável.

3. No caso em que não se verifique o previsto no número anterior, o Adjudicatário fica exonerado da responsabilidade derivada de qualquer acordo celebrado com o terceiro reclamante sem o seu consentimento, a menos que a entidade adjudicante lhe tenha comunicado oportunamente a respetiva pretensão e que aquele tenha expressamente renunciado por escrito ao seu direito de defesa ou não tenha reagido contra a mesma, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua receção ou no prazo que seja processualmente aplicável.
4. O disposto na presente cláusula não prejudica, sendo caso disso, a satisfação do direito de regresso da entidade adjudicante nos termos da lei.
5. O procedimento previsto na presente cláusula aplica-se, igualmente, aos casos identificados no n.º 5 da Cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 6.ª

GARANTIA TÉCNICA

1. O Adjudicatário garante pelo prazo de 2 anos o software cujo licenciamento é objeto do contrato e os updates disponibilizados contra quaisquer defeitos que derivem da sua atividade e que se revelem durante o prazo de garantia, contado a partir da respetiva aceitação ou, na sua ausência, durante a execução do contrato.
2. A garantia abrange a obrigação de o Adjudicatário corrigir, a expensas suas, quaisquer defeitos do software cujo licenciamento é objeto do contrato ou dos updates disponibilizados.
3. A garantia abrange ainda os testes que a Entidade Adjudicante considere necessários efetuar ao software cujo licenciamento é objeto do contrato, assim como aos updates, para comprovar o seu correto funcionamento após a correção dos defeitos.
4. Quando a correção de defeitos implicar a não utilização do software cujo licenciamento é objeto do contrato, ou do software objeto de updates, por parte da Entidade Adjudicante, suspende-se o prazo de garantia.
5. Detetado qualquer defeito ou anomalia abrangidos pela garantia, a Entidade Adjudicante procede à sua documentação e informa o Adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da respetiva deteção, para efeitos de reparação.

6. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da comunicação prevista no número anterior, o Adjudicatário procede à identificação e à correção da anomalia ou do defeito encontrado, informando a Entidade Adjudicante.
7. O Adjudicatário é responsável pelos danos decorrentes da anomalia ou defeito encontrados, que se constituam na esfera jurídica da Entidade Adjudicante.
8. O não cumprimento pela Entidade Adjudicante do prazo previsto no n.º 5 não implica a desvinculação do Adjudicatário da observância do disposto nos números anteriores e da correção dos defeitos que sejam identificados.
9. O prazo de garantia, ao abrigo do disposto no artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos e o respetivo Caderno de Encargos, vigora durante o período de execução do presente contrato.

CLÁUSULA 7.^a

DADOS PESSOAIS

1. O Adjudicatário acede e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação dos serviços objeto do presente contrato e exclusivamente para esse fim, na medida, por conta e de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante, nomeadamente do Encarregado da Proteção de Dados (EPD/DPO), das autorizações emitidas pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, e nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, pelo Adjudicatário.
2. O Adjudicatário deve ainda ter em consideração o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 22 de março, no que se refere às medidas técnicas a implementar.
3. O Adjudicatário deve informar a Entidade Adjudicante, o nome e os dados do seu Encarregado da Proteção de Dados (EPD/DPO), em conformidade com o artigo 37.º do Regulamento Geral da Proteção de Dados.
4. O Adjudicatário deve fornecer à Entidade Adjudicante a documentação necessária, nomeadamente ao Encarregado da Proteção de Dados (EPD/DPO) da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações, assim como das suas subcontratadas, no âmbito do Regulamento Geral da Proteção de Dados.

5. O Adjudicatário deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou aceder a dados pessoais, ao abrigo de intervenções técnicas ou qualquer tipo de manutenção e ao abrigo deste contrato recebem a formação necessária na proteção de dados pessoais.
6. O Adjudicatário obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela confidencialidade e utilização dos dados pessoais por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores ou seus subcontratados.
7. O Adjudicatário e os seus subcontratados, obrigam-se a tomar em consideração, no que diz respeito às suas ferramentas, produtos, aplicações ou serviços, os princípios da proteção de dados desde o início (Privacy by design) e a proteção de dados por padrão (Privacy by default).
8. Se quaisquer dados se perderem ou forem danificados, cuja responsabilidade seja atribuível ao Adjudicatário durante a execução do contrato, seja qual for a causa, este compromete-se a adotar as medidas que forem necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Entidade Adjudicante.
9. O Adjudicatário deve notificar a Entidade Adjudicante de qualquer violação de dados pessoais dentro de um máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ter conhecimento e pelos seguintes meios: mensagem de correio eletrónico para o endereço protecao.dados@dgeec.mec.pt colocando em cc: dgeec@dgeec.mec.pt e por carta registada com aviso de receção para a morada da Entidade Adjudicante e dirigida ao seu representante.
10. Esta notificação deve ser acompanhada de toda a documentação relevante, a fim de permitir ao responsável pelo tratamento, se necessário, notificar essa violação à autoridade de controlo. Após acordo do responsável pelo tratamento de dados, o Adjudicatário deve notificar de imediato a Entidade Adjudicante, a menos que a violação em questão não seja suscetível de criar um risco para os direitos e liberdades de pessoas singulares.
11. A notificação contém pelo menos as seguintes indicações:
 - a. Uma descrição da natureza da violação de dados pessoais, incluindo, sempre que possível, as categorias e o número aproximado de pessoas em causa pela violação e as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em questão;
 - b. O nome e os dados de contacto do responsável pela proteção de dados ou outro ponto de contacto a partir do qual informações adicionais podem ser obtidas por parte do Adjudicatário; uma descrição das

consequências prováveis da violação de dados pessoais; uma descrição das medidas tomadas ou propostas pelo Adjudicatário para remediar a violação de dados pessoais, incluindo, se for caso disso, medidas para mitigar quaisquer consequências negativas;

- c. Se, e na medida em que não é possível fornecer todas essas informações ao mesmo tempo, as informações podem ser comunicadas de forma escalonada sem atrasos indevidos.

12. O Adjudicatário compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 22 março:

- a. A utilização de criptografia nos dados pessoais e utilizar os meios necessários para garantir a continuidade da confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos sistemas;
- b. Aplicar os meios para restaurar a disponibilidade de dados pessoais e aceder em tempo útil em caso de incidente físico ou técnico; utilizar um ou mais procedimentos para testar, analisar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizacionais para garantir a segurança do tratamento;
- c. O Adjudicatário não pode fazer cópias dos documentos e meios informáticos que lhe sejam confiados, com exceção dos necessários à prestação do serviço estipulado no contrato (exigirá a aprovação prévia do responsável da Entidade Adjudicante pelo tratamento de dados);
- d. O Adjudicatário não deve utilizar os documentos e informações processados para fins diferentes dos especificados neste contrato; não divulgar esses documentos ou essas informações a outras pessoas, sejam elas públicas ou privadas; tomar todas as medidas para evitar o uso impróprio ou fraudulento dos arquivos, de computador independentemente do seu formato no decorrer da execução do contrato; tomar todas as medidas de segurança, especificamente medidas de segurança física, para assegurar a preservação e integridade dos documentos e informações processados durante o período de vigência deste contrato;
- e. O Adjudicatário compromete-se a implementar as medidas de segurança previstas no código de conduta e política de privacidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

13. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a Entidade Adjudicante por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita

dos dados referidos, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados contra a Entidade Adjudicante, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. A Entidade Adjudicante compromete-se a:

- a. Fornecer ao Adjudicatário quaisquer instruções relativas ao tratamento dos dados pelo Adjudicatário;
- b. Supervisionar o tratamento, incluindo a realização de auditorias e inspeções junto ao Adjudicatário.

CLÁUSULA 8.^a

ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário obriga-se a afetar ao cumprimento das suas obrigações contratuais todos os meios humanos, materiais e informáticos ou outros que sejam necessários e adequados à execução do contrato.
2. Da equipa técnica afeta à execução do contrato deverão fazer parte no mínimo os seguintes perfis:
 - a. 1 consultor funcional;
 - b. 1 Técnico de suporte;
3. No caso da entidade adjudicante verificar que os meios utilizados pelo adjudicatário são insuficientes ou inadequados para a boa execução do contrato, pode impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição, sem encargos adicionais para a entidade adjudicante.
4. A entidade adjudicante pode ordenar ao adjudicatário que retire da equipa afeta à execução do contrato qualquer elemento que revele deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeite os trabalhadores daquela, seus colaboradores ou quaisquer outras entidades intervenientes na execução do contrato, ou ainda que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres, devendo tal ordem ser fundamentada e emitida por escrito.
5. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve substituir o membro da equipa no prazo determinado pela entidade adjudicante por um outro elemento com o perfil, qualificações e competências iguais ou análogos ao membro substituído.

6. O adjudicatário deve cumprir todas as obrigações legais com respeito aos seus trabalhadores, nomeadamente laborais e de segurança social.

CLÁUSULA 9.^a

GESTÃO DO CONTRATO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. O adjudicatário deve designar representante perante a Entidade Adjudicante, individual ou composto por diversos elementos, em número não superior a três, para efeitos de acompanhamento da execução do contrato e a articulação com o gestor do contrato da Entidade Adjudicante previsto na cláusula 15.^a.
1. O representante referido no número anterior deve estar presente, com regularidade, nos locais de prestação dos serviços contratados, tendo como função principal, para além de outras que lhe possam ser cometidas, a informação permanente à Entidade Adjudicante da evolução dos trabalhos de implementação, previsão da respetiva conclusão e de quaisquer questões que nesse contexto se coloquem.
2. Ao gestor do contrato compete, nomeadamente, o seguinte:
 - a. Acompanhamento e articulação relativa à gestão do contrato;
 - b. Receber e encaminhar os pedidos que lhe sejam formulados no âmbito da execução do contrato;
 - c. Participar, em conjunto com outros representantes do Adjudicatário, nas reuniões de acompanhamento, que sejam solicitadas pela Entidade Adjudicante ou pelo seu gestor do contrato.

CLÁUSULA 10.^o

DEVERES DE INFORMAÇÃO

1. O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Entidade Adjudicante, com a periodicidade que esta entender conveniente, relativamente à execução do contrato e, bem assim, ao cumprimento das obrigações que para aquele emergem do contrato.
2. A obrigação prevista no n.º 1 compreende o dever de o Adjudicatário participar em reuniões, com a Entidade Adjudicante ou com outras entidades, que se mostrem objetivamente necessárias em função do objeto do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a comunicar, no prazo de 10 (dez) dias, à Entidade Adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial

que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.

4. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.
5. Sempre que o entenda conveniente, a Entidade Adjudicante pode solicitar ao Adjudicatário a elaboração de relatórios explicativos de falhas ocorridas na prestação do Serviço, fixando prazo para o efeito.
6. Os registos referidos no número anterior devem ser mantidos em condições de poderem ser, a qualquer altura, inspecionados e auditados pela Entidade Adjudicante.
7. Com a cessação do contrato, por qualquer motivo, o Adjudicatário entrega à Entidade Adjudicante, em formato digital, todos os registos a que se referem os números anteriores.

CLÁUSULA 11.ª

CONFIDENCIALIDADE

1. O Adjudicatário obriga-se a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático).
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento, que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, salvo se tal for autorizado expressamente, por escrito, pela Entidade Adjudicante.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja obrigado a revelar, por força de disposição legal, de decisão judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. Nos casos previstos na parte final do número anterior, o Adjudicatário obriga-se a informar previamente a Entidade Adjudicante e a observar as recomendações desta que sejam compatíveis com a intimação ou com a obrigação legal que está na origem do dever de divulgação, devendo fazer acompanhar essa divulgação da indicação de que se trata de informação confidencial pertencente a terceiro, reveladora de segredo comercial ou industrial ou de segredo relativo a direitos de propriedade intelectual e afins.
5. O Adjudicatário deve devolver ou destruir, conforme solicitado pela Entidade Adjudicante, toda a informação a que tenha tido acesso no âmbito do procedimento pré-contratual e do contrato e que se encontre abrangida pela presente cláusula, logo que a mesma deixe de ser necessária ao cumprimento das suas obrigações, a solicitação da Entidade Adjudicante ou com a cessação do contrato por qualquer motivo.
6. O Adjudicatário é responsável pela confidencialidade e utilização de informação confidencial por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores ou subcontratados, devendo informá-los da respetiva natureza confidencial e adotar todas as medidas que se mostrem necessárias para salvaguardar essa confidencialidade.
7. O Adjudicatário não pode utilizar o nome da Entidade Adjudicante para fins publicitários ou comerciais sem o consentimento prévio escrito desta.
8. O dever de sigilo não colide com a sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 12ª

DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo adjudicatário para a entidade adjudicante ou pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, incluindo nomeadamente, software, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, know-how, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, (em conjunto “obras”) pertence à entidade adjudicante ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo exclusivamente a esta todos

- os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal a remuneração constante da proposta.
2. O adjudicatário garante que os seus trabalhadores, colaboradores e subcontratados foram informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à entidade adjudicante.
 3. O adjudicatário é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes, ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e aos serviços objeto do contrato, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
 4. O adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a entidade adjudicante, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a entidade adjudicante o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do adjudicatário na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
 5. No caso de o adjudicatário, por qualquer razão, deixar de ser titular dos direitos sobre as obras ou no caso de surgirem dúvidas em relação à titularidade desses direitos, o adjudicatário informa prontamente a entidade adjudicante, a qual pode resolver o contrato, sem prejuízo da indemnização a que tenha direito por danos e perdas.

CLÁUSULA 13.ª

ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

6. Todas as despesas ou encargos em que o Adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à Entidade Adjudicante, a menos que outro regime decorra da lei ou do contrato.
7. São, designadamente, da responsabilidade do Adjudicatário;
 - a. Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte.
 - b. Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem

necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do Adjudicatário.

- c. Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente de utilização de software, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias.
- d. Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no contrato, designadamente de bom e pontual cumprimento.
- e. Encargos respeitantes ao cumprimento da obrigação de subscrição de seguros legalmente obrigatórios ou exigidos no Caderno de Encargos.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 14.ª

ELEMENTOS A FORNECER PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Além da documentação integrante do procedimento, a Entidade Adjudicante, a solicitação do Adjudicatário, fornece-lhe quaisquer elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor prestação dos serviços contratados.
2. O Adjudicatário deve assegurar-se que os dados fornecidos nos termos do número anterior e das informações prestadas pela Entidade Adjudicante, correspondem ao solicitado, mediante as comprovações e verificações que considerar pertinentes e com o objetivo de conseguir uma confirmação das condições de execução dos trabalhos a realizar.

CLÁUSULA 15.ª

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E GESTOR DO CONTRATO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A Entidade Adjudicante designa, nos termos do artigo 290.ª-A do Código dos Contratos Públicos, um gestor de contrato e um suplente.

2. Cabe ao Gestor representar a Entidade Adjudicante perante o Adjudicatário, que pode ser assessorado por uma equipa de técnicos por si escolhida e aprovada pela Entidade Adjudicante.
3. O gestor do contrato tem por função principal o acompanhamento e controlo da execução do contrato, designadamente, desenvolver as seguintes atividades:
 - a. Solicitar esclarecimentos quanto à execução do contrato;
 - b. Propor medidas de alteração do modo de prestação dos serviços, com vista à melhor adequação ao conteúdo do Caderno de Encargos;
 - c. Controlar o cumprimento pelo Adjudicatário dos requisitos técnicos, propondo eventuais sanções nos termos da Cláusula 28.ª;
 - d. Efetuar auditorias para verificar o adequado funcionamento e a qualidade do software adquirido e serviço prestados
4. As comunicações entre o gestor do contrato e o Adjudicatário, designadamente no que respeite ao acompanhamento do contrato, são efetuadas por escrito, não podendo ser invocadas entre ambas quaisquer comunicações ou determinações que não tenham sido submetidas dessa forma.
5. Sem prejuízo dos números anteriores, a Entidade Adjudicante, após o início da respetiva produção de efeitos, designa uma comissão que a represente perante o adjudicatário e cujos membros prestarão assessoria ao Gestor do Contrato.

CAPÍTULO IV

CONDIÇÕES DE PREÇO, DE FATURAÇÃO E PAGAMENTO

CLÁUSULA 16.ª

PREÇO BASE E PREÇO CONTRATUAL

1. O preço-base, para efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, é de € 132.950,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos e cinquenta euros)
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, para efeitos do disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea c), in fine, do Código dos Contratos Públicos, o preço contratual corresponde, até ao limite definido no n.º 1, à soma dos seguintes elementos (os quais não podem ser superiores aos limites máximos definidos no n.º 3):
 - a. Licenciamento perpétuo do software SAS Visual Text Analytics;
 - b. Prestação de serviços de manutenção e suporte ao uso da aplicação;

3. Para os efeitos previstos no artigo 42.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos, os preços propostos para cada componente do serviço não podem ser superiores, sob pena de exclusão, a:
 - a. Preço para Licenciamento perpétuo do software SAS Visual Text Analytics: 85.100, 00 € (oitenta e cinco mil e cem euros);
 - b. Preço dos serviços de consultoria e suporte:
 - i. 60€/hora (sessenta euros por hora) para o perfil de consultor funcional;
 - ii. 30€/hora (trinta euros por hora) para o perfil de técnico de suporte
4. Para o cálculo do preço base considerou-se como estimativa de horas necessárias o valor de:
 - a. 640 horas para o perfil de consultor funcional;
 - b. 315 horas para o perfil de técnico de suporte;

podendo estas serem acrescidas ou diminuídas, salvaguardando-se que o preço máximo a pagar para a componente de serviços ser de 47.850,00€ (quarenta e sete mil e oitocentos e cinquenta euros, acrescida de Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.
5. O número de horas referidas no número anterior, constitui uma estimativa, não existindo qualquer obrigação da Entidade Adjudicante proceder à sua efetiva utilização, não constituindo, portanto qualquer garantia de serviço/receita para o Adjudicatário.
6. O preço contratual corresponde ao valor a pagar pela entidade adjudicante pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CLÁUSULA 17.º

CONDIÇÕES DE FATURAÇÃO

1. Só são devidos pagamentos ao adjudicatário a partir do início de produção de efeitos.
2. A faturação deverá ser realizada:
 - a. Numa só vez após instalação do software;
 - b. Mensalmente no que respeita a serviços, sendo o seu apuramento feito em relação ao serviço prestado no mês anterior.
3. A faturação à Entidade Adjudicante será emitida de acordo com os números anteriores da presente cláusula, após boa aceitação das prestações realizadas.

4. A aceitação pela Entidade Adjudicante, das prestações objeto do contrato a celebrar, deverá ser suportada em “autos de aceitação” (conforme modelo anexo), devidamente preenchidos com o detalhe das prestações recebidas e aceites pela Entidade Adjudicante para faturação, que serão assinados e carimbados pelo Gestor(a) do Contrato nomeado/a para o efeito pela Entidade Adjudicante.
5. Os “autos de aceitação”, devidamente assinados pelo Gestor do Contrato nomeado/a pela Entidade Adjudicante, deverão ser recolhidos pelo Gestor do Contrato nomeado/a pelo Adjudicatário, que também os assinará e mandará providenciar a emissão das correspondentes faturas.
6. Cada fatura deverá assim corresponder exatamente a um “auto de aceitação”, devidamente preenchido e assinado nos termos do parágrafo 4 da presente cláusula, e ser remetida à Entidade Adjudicante, tendo em anexo o correspondente “auto de aceitação” a que a fatura se refere.
7. As faturas referidas nos números anteriores, emitidas à Entidade Adjudicante, devem conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário:
 - a. O número do procedimento e o respetivo objeto: 2019/030/DGEEC/CP: aquisição de software de análise de textos:
 - b. O número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o contrato [a indicar pela Entidade Adjudicante]
 - c. O n.º de contribuinte da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: 600 084 906;
8. Quaisquer faturas emitidas e enviadas pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante que não estejam conformes com as condições contratadas, em termos de valores e periodicidade, ou que não respeitem os números anteriores serão recusadas pela Entidade Adjudicante e imediatamente devolvidas ao Adjudicatário.

CLÁUSULA 18.ª

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias a pagar pela prestação desserviço são satisfeitas através do pagamento da fatura emitida nos termos da Cláusula anterior.

2. A faturação aceite nos termos da Cláusula anterior será paga pela Entidade Adjudicante à entidade adjudicatária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da sua receção, conforme no disposto no artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, mediante transferência para conta bancária em Portugal indicada pela Entidade Adjudicatária, valendo o comprovativo de transferência efetuada como quitação da quantia em causa.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica a cobrança de penalidades, designadamente por compensação com o valor devido, se para tanto existir fundamento.

CLÁUSULA 19.º

ATRASOS NOS PAGAMENTOS

1. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O atraso em qualquer pagamento não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
3. Em caso de mora, os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis e até integral pagamento, nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os valores contestados pela Entidade Adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

CAPÍTULO V

MODIFICAÇÕES, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 20.º

RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. Cada uma das partes deve cumprir integral e pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento, do cumprimento defeituoso ou da mora no cumprimento dessas obrigações, nos termos do Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

2. O adjudicatário responde igualmente perante a entidade adjudicante pelos danos causados por quaisquer atos ou omissões de terceiros por si empregues na execução do contrato, designadamente por subcontratados, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.

CLÁUSULA 21.ª

ALTERAÇÕES AO CONTRATO

Quaisquer alterações que haja necessidade introduzir no contrato, no decurso da sua execução, serão objeto de acordo prévio entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, só sendo consideradas válidas após terem sido reduzidas a escrito e aprovadas por ambas as partes.

CLÁUSULA 22.ª

SUBCONTRATAÇÃO

1. A subcontratação de terceiros por parte do Adjudicatário depende de autorização da Entidade Adjudicante, salvo quanto às entidades identificadas na proposta e desde que tenham sido apresentados os elementos previstos na parte final do número seguinte.
2. No caso de subcontratação não prevista no contrato ou no caso de alteração de qualquer subcontratado indicado no contrato ou previamente autorizado, o Adjudicatário deve apresentar à Entidade Adjudicante no prazo de 10 (dez) dias, para efeitos de autorização, proposta fundamentada e instruída com todos os documentos de habilitação comprovativos da verificação, quanto à entidade a subcontratar, dos requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do subcontrato, nos termos exigidos ao Adjudicatário, nomeadamente os referidos no número 15 do Programa.
3. A Entidade Adjudicante pronuncia-se, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrega pelo Adjudicatário dos documentos identificados no número anterior, sobre o pedido de autorização de subcontratação, apenas se podendo opor ao pedido se, fundamentadamente:
 - a. A proposta de subcontratação não se encontrar regularmente instruída ou a entidade terceira a subcontratar não cumprir requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do subcontrato, nos termos exigidos ao Adjudicatário, nomeadamente os referidos no número 15 do Programa; ou

- b. Haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
- 4. Os subcontratados do Adjudicatário podem, por sua vez, subcontratar as prestações objeto do respetivo subcontrato, mediante prévia autorização da Entidade Adjudicante a conceder no prazo de 30 (trinta) dias a contar da apresentação da respetiva proposta e desde que asseguradas as condições previstas nos números anteriores.
- 5. O Adjudicatário deve dar imediato conhecimento à Entidade Adjudicante da ocorrência de qualquer diferendo ou litígio com as entidades terceiras subcontratadas relacionados com a execução do contrato e prestar-lhe toda a informação relativa à evolução de tal diferendo ou litígio.
- 6. O decurso do prazo previsto nos n.os 3 e 4 sem que tenha sido emitida decisão pela Entidade Adjudicante equivale ao indeferimento do pedido.

CLÁUSULA 23.º

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELO ADJUDICATÁRIO

- 1. A cessão da posição contratual do adjudicatário carece de autorização expressa da entidade adjudicante.
- 2. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário deve apresentar à entidade adjudicante uma proposta fundamentada e instruída com os documentos de habilitação comprovativos da verificação, quanto à entidade cessionária, dos requisitos exigíveis para o desenvolvimento das atividades objeto do contrato, nos termos exigidos ao adjudicatário pelo Convite.
- 3. A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída.
- 4. O decurso do prazo previsto no número anterior sem que a entidade adjudicante tenha emitido decisão sobre o pedido formulado equivale ao seu indeferimento.

CLÁUSULA 24.º

CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

A cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante não está sujeita a autorização do Adjudicatário.

CLÁUSULA 25.º**FORÇA MAIOR**

1. Nenhuma das partes é responsável pelo incumprimento ou pelo cumprimento defeituoso das obrigações emergentes do contrato na estrita medida em que estes resultem de casos de força maior.
2. São considerados casos de força maior as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
3. Os requisitos do conceito de força maior estipulados no número anterior são cumulativos.
4. Podem constituir força maior, no caso de se verificarem os pressupostos do n.º 2, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, desastres nucleares, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
5. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados ao Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário;
 - f. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
6. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo a parte que a invoca indicar as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se

encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência, e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos.

7. A comunicação a que se refere o número anterior tem lugar no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da verificação do facto ou do respetivo conhecimento.
8. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
9. Sem prejuízo do disposto na cláusula 29.^a, n.º 1, alínea d), a verificação de uma situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
10. No caso referido no número anterior, o Adjudicatário deve requerer à Entidade Adjudicante, na comunicação prevista nos n.os 6 e 7, a prorrogação de prazo aplicável.

CLÁUSULA 26.º

MORA DO ADJUDICATÁRIO

1. Há mora do Adjudicatário quanto às obrigações sujeitas a prazo, nos termos do Caderno de Encargos ou nos casos de o mesmo ser contratualmente fixado pela Entidade Adjudicante, decorrido que seja o respetivo prazo sem que o Adjudicatário cumpra a obrigação a que está adstrito.
2. Quando as sanções contratuais pecuniárias aplicadas excederem o limite previsto do n.º 4 da cláusula 27.^a, pode a Entidade Adjudicante considerar o contrato como definitivamente incumprido.
3. As situações de mora e de incumprimento definitivo por parte do Adjudicatário têm, respetivamente, as consequências previstas nas cláusulas 27.^a a 29.^a.
4. Não se aplica o disposto nos n.ºs 1 e 2 quando o atraso se deva a atos imputáveis à Entidade Adjudicante.

CLÁUSULA 27.º

SANÇÕES CONTRATUAIS PECUNIÁRIAS DEVIDAS

1. O incumprimento de qualquer obrigação do Adjudicatário, nos termos previstos pelo Caderno de Encargos confere à Entidade Adjudicante o direito a ser

indemnizada através da aplicação de pena pecuniária, a qual será documentada por nota de crédito emitida pelo adjudicatário, nos termos seguintes:

- a. Pelo incumprimento das obrigações previstas nas Cláusulas 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a será aplicada uma sanção de 5.000€ por infração.;
 - b. Pelo incumprimento dos deveres de informação previstos na Cláusula 10.^a, n.º 4, até €500,00 (quinhentos euros) por infração;
 - c. Pelo incumprimento da determinação que seja dirigida ao adjudicatário nos termos da Cláusula 8.^a, n.º 4, até €50,00 (cinquenta euros) por dia de atraso;
 - d. Pelo incumprimento dos prazos previstos na Cláusula 40.^a. da II Parte do Caderno de Encargos, € 10,00 (dez euros) por cada dia de atraso;
 - e. Pelo incumprimento dos níveis de serviço definido no artigo 42.º: € 200 (duzentos euros) por cada dia de atraso quando se trate da implementação ou o nível II de criticidade;
 - f. Pelo incumprimento dos níveis de serviço definido no artigo 42.º: € 200 (duzentos euros) por cada hora de atraso quando se trate da do nível I de criticidade
2. As sanções contratuais pecuniárias aplicadas não prejudicam o direito de a Entidade Adjudicante reclamar o pagamento de indemnização pelos danos que resultem da mora do Adjudicatário.
 3. Sem prejuízo do direito de audiência prévia previsto no artigo 308.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, as sanções pecuniárias contratuais consideram-se aplicadas por comunicação escrita dirigida ao Adjudicatário.
 4. As sanções pecuniárias contratuais aplicadas devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da sua aplicação, podendo ser deduzidas em qualquer pagamento que seja devido em momento subsequente.
 5. Sempre que um facto dê origem ao pagamento de sanções pecuniárias contratuais e constitua fundamento para a resolução do contrato, a aplicação das sanções que sejam devidas por esse facto não prejudica o exercício do direito de resolução do contrato, nem as obrigações indemnizatórias decorrentes desse exercício.

CLÁUSULA 28.ª**PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES CONTRATUAIS PECUNIÁRIAS**

1. Nos casos previstos na Cláusula anterior, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento, a título de sanção contratual pecuniária, de montante fixo ou variável, consoante o caso, a fixar, nesta última hipótese, em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a respetiva duração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. As sanções contratuais pecuniárias aplicáveis são apuradas pela Entidade Adjudicante e a sua aplicação é comunicada ao Adjudicatário através de correio eletrónico e/ou carta registada com aviso de receção, sendo precedida de notificação a este último para se pronunciar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os factos subjacentes a essa aplicação.
4. As sanções contratuais pecuniárias podem ser pagas por dedução do respetivo valor no pagamento da primeira fatura a liquidar em momento subsequente ao da sua aplicação.
5. A aplicação das sanções contratuais pecuniárias não prejudica a resolução do contrato ou qualquer direito de indemnização, legal ou contratual.
6. O valor acumulado das sanções contratuais pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo, sendo o caso, da aplicação do n.º 3 do mesmo preceito.

CLÁUSULA 29.ª**RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, para além das situações previstas nos artigos 333.º a 335.º do Código dos Contratos Públicos, nos seguintes casos:
 - a. Se o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do contrato;
 - b. se, em virtude da aplicação de sanções contratuais pecuniárias, em 2 (dois) meses consecutivos, nos termos do artigo 27.º do caderno de Encargos, estas atingirem um valor correspondente a 40% do valor do preço contratual;

- c. Se ocorrer caso de força maior impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pela entidade adjudicante.
2. Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, o adjudicatário deve de imediato comunicar à entidade adjudicante a ocorrência de qualquer situação de força maior de que tome conhecimento e indicar à entidade adjudicante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos.
3. O direito de resolução do contrato pela entidade adjudicante obedece ao procedimento definido na Cláusula 28.^a.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário.

CLÁUSULA 30.º

RESOLUÇÃO DO CONTRATO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato nos termos e pela forma previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A resolução do contrato nos termos do número anterior não faz cessar as obrigações a que se refere a cláusula 28.^a, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

CLÁUSULA 31.º

EFEITOS DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. Em caso de resolução do contrato pela Entidade Adjudicante por facto imputável ao Adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento à Entidade Adjudicante de valor correspondente a 15 % do preço contratual global, a título de cláusula penal indemnizatória, sem prejuízo do dano excedente, se existir.
2. O valor referido no número anterior é pago pelo Adjudicatário no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação pela Entidade Adjudicante de quaisquer sanções contratuais pecuniárias que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no n.º 1, se para tanto existir fundamento.

4. A resolução do contrato não determina a extinção das obrigações do Adjudicatário relativamente às prestações já realizadas.
5. A resolução do contrato não prejudica a vigência das cláusulas que, pela sua natureza, ou quando regulado expressamente, se devam manter em vigor.

CAPÍTULO VI

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA 32.º

PROCESSO DE CONCILIAÇÃO

1. Em caso de litígio ou diferendo decorrente do contrato e antes de recorrer à via jurisdicional, as partes devem tentar resolver amigavelmente a questão suscitada, observando o processo de conciliação previsto nos números seguintes e comunicando, formalmente, a intenção de iniciar esse processo.
2. A conciliação deve ser efetuada pelos representantes indicados pelas partes, devendo estas comunicar de imediato à outra parte essa designação.
3. Caso as partes não tenham resolvido o litígio dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da comunicação prevista o n.º 1, cada uma delas deve, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias úteis preparar e fazer circular entre si um memorando explicativo, através do qual esclareçam uma à outra a respetiva posição relativamente à situação em causa e as razões que justificam essa posição.
4. Caso o diferendo se mantenha no prazo de 5 (cinco) dias após a circulação dos memorandos previstos no número anterior, o assunto é remetido à pessoa ou pessoas com poderes para tomar decisões vinculativas em nome e representação das partes, para uma reunião destinada a procurar uma solução amigável e negociada, a ter lugar no prazo de 15 (quinze) dias a contar do envio do referido memorando.
5. Se, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação prevista o n.º 1, as partes não chegarem a acordo quanto a uma solução mutuamente satisfatória, as mesmas podem submeter a matéria a juízo, nos termos previstos na cláusula seguinte.
6. Qualquer atraso que ocorra na conclusão do processo de conciliação ou entre a respetiva conclusão e o início de qualquer processo litigioso, não pode ser considerado como renúncia aos direitos em causa.

CLÁUSULA 33.ª**TRIBUNAL COMPETENTE**

Quaisquer litígios entre as partes relativos à interpretação, validade e execução do contrato, que não sejam ultrapassados ao abrigo da cláusula anterior, são dirimidos pelo Tribunal competente da Comarca de Lisboa.

CLÁUSULA 34.ª**LITÍGIOS QUE ENVOLVAM SUBCONTRATADOS**

1. Sempre que a matéria submetida a juízo se relacione, direta ou indiretamente, com prestações que tenham sido subcontratadas, qualquer das partes pode requerer a intervenção processual da entidade subcontratada, em conjunto com o Adjudicatário.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se, nos subcontratos que celebrar, a prever a adesão expressa das entidades subcontratadas ao disposto na presente cláusula e uma disposição que obrigue estas últimas a seguir idêntico regime em subcontratos que os subcontratados, entretanto celebrem nos termos da cláusula 21.ª, n.º 4.

CAPÍTULO VII**DISPOSIÇÕES FINAIS****CLÁUSULA 35.ª****COMUNICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de outras regras estipuladas no contrato quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas para a sede contratual de cada uma, identificadas no contrato e acordado entre os gestores de contrato.
2. As comunicações entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário devem ser redigidas em português, podendo ser efetuada através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada.
3. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- a. Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
 - b. Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
 - c. Na data da assinatura do respetivo aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.
4. As notificações e as comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante e que sejam efetuadas através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17 (dezassete) horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 (dez) horas do dia útil seguinte.
5. Qualquer alteração aos dados de identificação das partes que seja necessária para envio de notificações e comunicações deve ser comunicada à outra parte com uma antecedência razoável e acordado entre gestores de contrato.

CLÁUSULA 36.ª

INÍCIO E FIM DE PRODUÇÃO DE EFEITOS

O contrato produz efeitos na data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA 37.ª

CONTAGEM DE PRAZOS

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, em domingos e em dias de feriado, e não se suspendem nem interrompem em férias, salvo em disposição em contrário.
2. Os prazos que terminem em sábados, em domingos ou em dias feriados, transferem-se para o dia útil seguinte, o que não se aplica no caso de feriados municipais.
3. Constituem-se exceções ao n.º 1 os casos em que os prazos previstos no contrato correm explícita e unicamente em dias úteis.

CLÁUSULA 38.ª**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pela Lei portuguesa.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 39.º

REQUISITOS TÉCNICOS

1. O fornecimento do software SAS Visual Text Analytics
2. A instalação do software deve ocorrer no prazo de 30 dias após início de produção de efeitos;
3. O licenciamento inclui ainda a disponibilização das atualizações para o software, designadamente updates, durante o período contratado.
4. É ainda obrigação do Adjudicatário durante o período do contrato a disponibilização de um contacto de apoio técnico, que deve assegurar o seguinte:
 - a. Contactos telefónicos específicos;
 - b. Um endereço de correio eletrónico;
5. Para efeitos do cumprimento da obrigação objeto da presente cláusula, a forma de comunicação entre as partes é presencial, telefónica ou por e-mail.
6. Durante o período do contrato estão incluídos serviços de consultoria e suporte do software. Estes serviços serão solicitados mediante comunicação da entidade adjudicante.

CLÁUSULA 40.º

ENTREGA DE UPDATES

1. Os updates a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior são disponibilizados no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir do respetivo lançamento por parte da empresa proprietária.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 5, a disponibilização dos updates referida no número anterior é efetuado através de download.
3. Os updates devem ser disponibilizados nas seguintes condições:
 - a. Acompanhado de certificado de garantia;

- b. Acompanhado de manuais de instalação, utilização e administração, na mesma língua do software;
 - c. Com indicação do número do contrato ao abrigo do qual é realizada a disponibilização e da respetiva data a data;
- 4. Os manuais referidos no número anterior devem ser disponibilizados em papel e em formato eletrónico.
- 5. A obrigação de disponibilização de updates considera-se cumprida com a respetiva aceitação por parte da entidade adjudicante, depois de realizados com sucesso os testes previstos para o efeito na Cláusula seguinte, que apenas podem iniciar-se depois de cumpridos todos os formalismos previstos na presente cláusula.

CLÁUSULA 41.ª

INSTALAÇÃO E ACEITAÇÃO DOS UPDATES

- 1. A instalação e a parametrização dos updates são feitas pela entidade adjudicante ou por quem esta indicar.
- 2. A entidade adjudicante procede à realização dos testes de aceitação necessários à confirmação do correto funcionamento do software objeto de updates, e verificação da inexistência de quaisquer defeitos.
- 3. O adjudicatário obriga-se, sempre que solicitado, a assistir a entidade adjudicante na realização dos testes de aceitação.
- 4. Os testes de aceitação são realizados no prazo de 10 (dez) dias a contar da data em que tiver lugar a entrega dos updates, nos termos previstos na Cláusula anterior, n.º 5.
- 5. Depois de realizados com sucesso todos os testes previstos na presente cláusula, a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário a aceitação dos updates disponibilizados.
- 6. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário a existência de quaisquer irregularidades nos updates.
- 7. O adjudicatário dispõe do prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da comunicação referida no número anterior para proceder a todas as reparações e retificações necessárias à regular utilização do software objeto de updates.

8. Efetuadas as reparações e retificações que o adjudicatário entenda necessárias aplica-se, para efeitos de aceitação e com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores.

CLÁUSULA 42.º**NÍVEIS DE SERVIÇO**

Durante a execução do contrato estão previstos os seguintes níveis de serviço:

Criticidade	Definição	Tempo de resposta
Nível I Urgente	Problema de grande impacto em que a produção está comprometida.	Resposta no prazo máximo de 4 (horas) horas após a comunicação por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE.
Nível II Importante	Problemas presentes, mas sem impacto na produtividade.	Resposta no prazo máximo de 1 dia útil
Implementação	Tempo de implementação da solução após produção de efeitos	Máximo de 30 dias

ANEXO I

(a que se refere o n.º 4 da cláusula 17.ª)

AUTO DE ACEITAÇÃO					
Requisição do Bem ou Serviço		Processo de Aquisição		Contratualização da Despesa	
Unidade Orgânica Requiritante		Elaborado por:		Contrato Escrito:	
		Tipo de Procedimento:		Nº Contrato:	
Tipo de Aquisição		Nº Processo:		Data de assinatura:	
		Nº Cabimento:		Período de Vigência:	
Tipo e nº. do Documento de Requisição		Nº Compromisso:		Protocolo:	
Data:		Autorização de abertura de procedimento e de realização de despesa concedida por:		Nº Protocolo:	
		Nome:		Data de assinatura:	
Nome(s) do(s) Gestor(es) do Contrato		Nome:		Período de Vigência:	
		Data:		Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas	
		Forma e Documento Suporte:		Sujeito a Fiscalização do Tribunal de Contas?	
				Em Caso afirmativo:	
Observações:		Adjudicação		Data de envio ao TC:	
		Autorizada por:		Data do visto do TC:	
		Data de Autorização:		Nº do visto do TC:	
		Notificação efectuada por:		Em Caso Negativo:	
		Data de Notificação:		Qual o preceito legal que o isenta:	
		Modo de Notificação:			
Denominação do procedimento de aquisição:					
Entidade Adjudicatária:				NIF/NIPC:	
Designação do Bem ou Serviço		Quantidade / Mensalidade	Valor sem IVA		
			Unitário	Global	
			SUB-TOTAL		
		Taxa de IVA			
			TOTAL		
A Empresa Adjudicatária					
Declaro que recebi os bens e/ou serviços constantes do presente auto de aceitação, nas condições de quantidade, qualidade, prazo e preço contratados.					
Data :					
Assinatura e Carimbo da Empresa					
		DGEEC			
		O Aceitante do Bem ou Serviço			
		assinatura			
		Nome:			
		Cargo:			
		Data:			

Nota1: Este Auto de Aceitação deverá ser preenchido, assinado e enviado junto à respectiva fatura

Nota 2: A DSAERH só efectua o pagamento da factura se o Auto de Aceitação estiver assinado e datado pelo responsável pela aceitação do bem ou serviço.